

# Experiência do Ensino de Língua Gestual Portuguesa: alunos surdos com implante coclear

---

*Centro de Desenvolvimento e Educação Jacob Rodrigues Pereira – Portugal*

*Amílcar José Morais<sup>1</sup>*

## Introdução

Importa referir a minha experiência profissional como Docente de Língua Gestual Portuguesa desde há 12 anos, acrescentando-se que sou nativo da Língua Gestual Portuguesa da Comunidade Surda porque sou filho de pais surdos e tenho também uma irmã surda. Para além disto, sou ativista do movimento associativo como representante do grupo de jovens surdos, afins, a nível nacional, europeu e internacional, tendo sido membro da Comissão para o Reconhecimento de Língua Gestual Portuguesa e Defesa de Direitos das Pessoas Surdas que conquistou o reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa na Constituição da República Portuguesa (ano de 1997). A batalha desta equipa unida conseguiu derrubar algumas das barreiras existentes e dar este importante primeiro passo no reconhecimento da Língua Gestual Portuguesa. Confesso que sinto orgulho pelo reconhecimento que me foi dado como membro ativo da Comunidade Surda.

Ao receber este simpático convite para colaborar na elaboração de um artigo sobre a minha experiência profissional com as crianças e jovens surdos com implante coclear, aceitei o desafio e considero que é muito importante que as crianças e jovens surdos com implante coclear tenham uma demonstração muito real e disponível para me ajudar na descoberta deste “novo mundo”. Este termo que a maioria refere não a nós, Comunidade Surda. Confesso ainda que estive envolvido na batalha do movimento associativo, nomeadamente da Associação Portuguesa de Surdos, contra os médicos e famílias.

---

*1 Amílcar José Morais — Docente de Língua Gestual Portuguesa do CED Jacob Rodrigues Pereira; Pós-graduado em Sociologia, ISCTE — Instituto Universitário de Lisboa; Vice-presidente da Direção da Associação Portuguesa de Surdos; Vice-presidente da Direção da Federação Portuguesa das Associações de Surdos. E-mail: sec.jacobpereira@casapia.pt.*

Organizei várias conferências, participei em encontros, assisti à discussão dos debates e atendi os médicos e famílias durante o ano de 1995 até o ano de 2000, em que a Presidente da World Federation of the Deaf, a Dr. Liisa Kaupien, declarou que a batalha tinha acabado e que se devia receber bem as crianças e jovens surdos com implante coclear. Contudo, deverá sempre contribuir-se para a utilização da Língua Gestual Portuguesa como primeira língua e sem prejuízo da vida educacional e do bem-estar.

### **Enquadramento histórico, sociológico, antropológico, político e educativo**

Um sociólogo surdo americano, Yerker Andersson, afirmou que uma pessoa surda tem quatro sentidos e perdeu um sentido que acaba por se dividir por cada sentido. Por exemplo, uma pessoa surda tem um sentido visual muito forte, como um duplo sentido, o que significa que a pessoa surda não perde nada. Quanto à Língua Gestual, por exemplo, a Língua Gestual Portuguesa tem um acordo convencional das Línguas Gestuais do mundo, comprovando a norma linguística através da cultura da população surda. Sem dúvida, que é a minha experiência do mundo em que vivo.

Quanto ao termo “*Inclusão*”, é uma filosofia americana para alterar a mentalidade e para observar um novo caminho com recurso específico de cada qualidade da criança e substituição do termo “*integração*” (todavia da prática), várias perspetivas globais resultam que as crianças e jovens surdos com implante coclear favorecem a “*integração*” em geral, esquecendo-se os valores da qualidade de cada criança. Este termo influenciou a Europa ocidental e a mentalidade mudou, especificamente na educação. Em Portugal, o ensino com inclusão oficial rectificou a Declaração de Salamanca no ano de 1994. Mais tarde, foi implementada a Lei nº 319/99, especificamente a área da Surdez, com relação ao Despacho nº 7520/98, sendo criadas as Unidades de Apoio dos Alunos Surdos, que entregavam o poder aos professores do Ensino Especial da área da Surdez. Organizavam-se as salas dos alunos surdos como *marginalizados* e *guetos*, a disciplina de Língua Portuguesa tinha como um horário “nobre”, enquanto a Língua Gestual Portuguesa era como uma “bengala” da Língua Portuguesa. O tratamento das crianças surdas e jovens surdos com implante coclear era diferente e separado, alargando-se o horário com a terapia de fala para estimular o som da audição, para discriminar o som e as palavras, para fazer o treino da leitura labial, outras atividades escolhidas pela própria terapeuta. Por exemplo, os alunos podiam levar o livro para

contar uma história. A utilização da Língua Gestual Portuguesa como primeira língua diminuiu, distribuindo-se os alunos surdos com implante coclear para “integrarem” a turma dos ouvintes havendo um “semi-recurso” à presença de Intérprete de Língua Gestual Portuguesa, o que dependia da opção dos pais. Na minha perspetiva, a avaliação do desenvolvimento das crianças surdas com implante coclear teve um sucesso neutro.

Apareceu uma nova política de educação inclusiva devido a uma “poupança de custos”: na fase da crise económica mundial, o Ministério da Educação confirmou a reforma da lei para exigir a qualidade da criança com necessidade da educativa especial, nomeadamente, Decreto-lei n.º 3/2008: *“Constitui desígnio do XVII Governo Constitucional promover a igualdade de oportunidades, valorizar a educação e promover a melhoria da qualidade do ensino. Um aspecto determinante dessa qualidade é a promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens. Nessa medida importa planejar um sistema de educação flexível, pautado por uma política global integrada, que permita responder à diversidade de características e necessidades de todos os alunos que implicam a inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais no quadro de uma política de qualidade orientada para o sucesso educativo de todos os alunos.”*

A Comunidade Surda aplaudiu isto, porque foi a primeira vez que o Ministério da Educação pediu a colaboração das Organizações Não Governamentais para a elaboração desta lei. No que concerne à Organização Não Governamental da Comunidade Surda, o Estado acredita na representação e colaboração da mesma, nas medidas fundamentais para a melhoria da qualidade de vida das pessoas surdas e na eliminação de barreiras de comunicação e informação. No entanto, o Estado disponibiliza-se a prestar apoio financeiro para o funcionamento do movimento, registando as suas Instituições Particulares de Solidariedade Social, que, no entanto, nos seus objetivos se definem como *“instituições constituídas por iniciativa de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico, para prosseguir, entre outros”*.

As modalidades de apoio são diversas: às crianças e jovens; à família; proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação; educação e formação profissional dos cidadãos e resolução dos problemas habitacionais

das populações. O desenvolvimento da prática pedagógica não está na forma do que a lei permite e continua a haver pressão entre as posições defendidas pelos professores do Ensino Especial e Docentes. Foram criados dois programas curriculares de Língua Gestual Portuguesa e Língua Portuguesa como Segunda Língua muito fundamentais para os alunos surdos, incluindo com implante coclear.

O enquadramento histórico da Comunidade Surda causa sempre polémica, especialmente a área da educação, enquadrando-se uma perspetiva sociológica para a crítica sobre o tratamento da história que considera que o ciclo de história semelhante ao *“neo-colonialismo”* entre diferentes perspetivas que confronta. A isto, acrescenta-se a polémica da utilização do implante coclear. Reconhece-se que a educação agregou a si a área da reabilitação (via oralismo) e do ensino (via bilinguismo), bem como a preparação para a integração no mercado de trabalho após a escolaridade. A reabilitação iniciou-se há mais de duzentos anos, após a aprovação do Congresso Internacional da Educação dos Surdos em 1880, em Milão, que teve por objetivo a total eliminação da Língua Gestual e a sua substituição pelo ensino da fala (oral). Ao longo dos tempos, a prática educacional de reabilitação destruiu a vontade dos indivíduos e transformou os em deficientes comunicacionais, comprovando a existência das desigualdades educativas, de autonomia e de espírito de comunidade. Ninguém defende uma abordagem de direitos humanos e de igualdade de acesso à educação. Para as crianças surdas portuguesas isso deve incluir o acesso à Língua Gestual Portuguesa e à modalidade escrita da Língua Portuguesa.

A perspetiva do autor é que o acesso à educação não necessita de qualquer adaptação, uma vez que apenas os proficientes em LGP entendem o “cérebro” dos indivíduos surdos e têm conhecimento do programa curricular de ensino bilingue reconhecido pelo Estado português. O bilinguismo é geralmente visto como uma mais-valia no mundo competitivo de hoje, mas isto ainda é uma teoria.

A educação bilingue consiste em: (i) Duas línguas (primeira língua a LGP e segunda a LP); (ii) Ambiente bilingue (utilizadores de LGP); (iii) Adultos surdos como modelos linguísticos (docentes, funcionários, administrativos e até diretores). Alguns países (EUA e países nórdicos) já têm este processo fundamental avançado para crianças e jovens surdos, apostando neles e no seu futuro. Em Portugal, a base fundamental da resposta do Estado sobre a educação inclusiva para crianças e jovens surdos, e este decreto-lei foram aplaudidos pelo movimento associativo da comunidade surda que viu os seus objetivos concretizados. No entanto, para as famílias a não satisfação surge pela distância do trajeto entre a escola e a residência familiar. Com o quase

encerramento das antigas escolas residenciais, que atualmente não estão preparadas para dar resposta às crianças e jovens surdos, a transferência é realizada para as Escolas de Referência para o Ensino Bilingue de Alunos Surdos (EREBAS), limitadas geograficamente devido ao número da população surda em Portugal, mais perto da residência. As atuais Escolas de Referência que existem são dezasseis, Mega Agrupamentos e Pólos de Intervenção Precoce, Pré-escolar e Ensino Básico. O Ensino Secundário é autónomo e não está integrado nos Mega Agrupamentos, sendo a oferta formativa limitada. A prática pedagógica não está bem clarificada. Este decreto-lei é articulado pelas instituições do Estado, nomeadamente, Educação, Ensino Superior, Segurança Social, Saúde, Emprego e Formação Profissional.

Comprovando que o Estado é favorável a representação das respostas sociais, como Organização Não Governamental das Pessoas Surdas, inclusive da família, dos profissionais e da sociedade. Esta organização protege os direitos das pessoas surdas, luta pela defesa da Língua Gestual Portuguesa e pela igualdade de oportunidades, no entanto, a situação é contrária em instituições do Estado que tomam uma posição decisiva muito dividida, como por exemplo, na área da Saúde, da Educação e da Segurança Social. Nestas instituições, existe um distanciamento do parecer do representante do Movimento Associativo e é organizado um *desvio de objetividade* sobre a Comunidade Surda, o que tem acontecido na área da saúde: a equipa da intervenção precoce estabelece relação com a família da criança surda para colocar implante coclear (implante coclear; furo na massa óssea do cérebro sendo colocado o dispositivo coclear), que custa em média cem mil euros, com apoios dependentes do Estado que julga esta ajuda nos apoios técnicos (implantes cocleares) com o objetivo de “resolver” o problema e devolver a audição aos indivíduos, ignorando possíveis riscos emergentes e outras perspetivas.

Os implantes cocleares e outras cirurgias evasivas ligam-se a desvios da filosofia da globalização, *neo-liberalismo*, liberalização do comércio, do capital e privatização comercial. Apareceram no século XX, nos EUA, com a veloz evolução da tecnologia da audição, criados pelos próprios médicos da otorrinolaringologia (ORL) que colocam implantes cocleares em crianças surdas; o que em Portugal aumentou rapidamente no ano de 1995. A Comunidade Surda ainda aguarda pelos resultados dos alunos com Implantes Cocleares no crescimento linguístico, cognitivo e, por exemplo, no acesso ao Ensino Superior sem o apoio da LGP.

## O levantamento das questões

Uma criança surda com implante coclear terá ganho auditivo se for tida atenção auditiva ou estímulo auditivo à volta do som e se for tido um acompanhamento do profissional ou família, pelo contrário, ela própria procura o som para adquirir a audição com imensas dúvidas e o crescimento da idade contínua com dúvidas: fazer isso é ser uma criança “*natural*”?

O nosso medo é se a aprendizagem de LGP da criança surda com implante coclear será estável e se aprende facilmente na fase da idade, cumprindo o programa curricular e envolvendo-se no ambiente linguístico de LGP de forma a ganhar o nível linguístico, emocional e cognitivo sem prejuízo do campo visual via cérebro, separadamente da modalidade auditiva, ou seja, não prejudicando a oralidade. Afirmo que as pessoas julgavam isso como um juízo de valor errado, *sim ou não?*

## Acontecimentos do ponto de vista da Educação

Na minha experiência profissional, quando entrei num estabelecimento em Lisboa, distribuiu-se o horário e a sala em que eu fiquei a trabalhar era de uma turma do 1º. Ciclo do Ensino Básico.

Entre na sala e conheci os novos nove alunos surdos e interagi com o professor titular, mas não reparei em qualquer coisa. No dia seguinte, fui cumprir o horário com a minha cabeça fresquinha, entrei na sala e sentei-me a observar os alunos surdos. De repente, um aluno ficou irritado com qualquer coisa e o professor tentou acalmá-lo e foi quando reparei que tinha implante coclear. Apercebi-me que ficou irritado devido ao som ameaçador. Questionei o professor titular se este aluno surdo era implantado e respondeu-me que naquela sala todos eram implantados, menos três alunos que não tinham implante e usavam aparelho. Fiquei chocado e senti-me mal. No dia seguinte, faltei ao trabalho e deitei-me a pensar, a pensar, a pensar. Depois no dia seguinte, decidi levantar-me e pensei logo: “*não vou largá-los porque eles são surdos na mesma*”. Este dia foi difícil para me adaptar porque ao longo do tempo tentei enfrentar a barreira do preconceito.

Na hora da disciplina de Língua Gestual Portuguesa, eu criei uma regra com o acordo dos alunos surdos com implante coclear que aceitaram, ou seja, proibi interromper com som devido ao campo de atenção, provocação de birras, gritos, choradeiras, etc., dei opção de desligar as pilhas para ficar calmo porque não ouço e nem me incomodo com o som. Dei estas regras

de comportamento através de *signwriting*. Os alunos surdos com implante coclear aceitaram logo.

Durante as aulas de Língua Gestual Portuguesa no ano letivo, colaborámos devido ao campo visual e adaptámos o espaço da sala. Trabalhei as temáticas, os contextos, os objetivos, demonstrei um livro do manual da turma do Jacob (com colaboração de um docente surdo do CED Jacob Rodrigues Pereira), acompanhei os alunos na natação, participei nas visitas de estudo, apresentei uma peça de teatro e fiz testes de Língua Gestual Portuguesa com os alunos.

Em geral, os resultados foram estáveis e o desenvolvimento de cada um era natural, mas comigo foi *“self way”* porque antigamente não acreditavam que eram Surdos e agora aperceberam-se. Alguns surdos com implante coclear retiravam os aparelhos e guardavam nas mochilas ou nas mesas quando estavam na minha presença.

Aconteceu uma vez que uma terapeuta entrou na sala e, de repente, viu que os aparelhos estavam tirados e questionou-me directamente *“Por que os meninos retiraram os aparelhos?”* e eu respondi também *“Deve perguntar aos meninos e não a mim”*. Depois, perguntou o mesmo aos alunos. Um aluno levantou-se e respondeu gestualmente *“Tirei porque o professor é surdo, e eu também sou”*. Mais um desafio ganho para ele.

Um dia, um aluno entrou na sala com uma cara muito contente e desabafou comigo que a mãe aceitava que o aparelho ficasse em casa porque foi à natação e não foi necessário levar porque poderia perdê-lo.

Dois alunos brigaram na sala e um aluno demonstrou a sua revolta, tirou o aparelho e atirou-o para o chão. Noutra dia, um aluno fez de propósito e desligou o aparelho o tempo todo, o professor chamava o nome dele e só depois reparou que o implante estava desligado, pedindo-lhe para o ligar.

Na hora da Língua Gestual Portuguesa, o professor titular entrou na sala e pediu-me para eu autorizar a atender um aluno. Aceitei e depois ele atendeu verbalmente o aluno que então lhe respondeu gestualmente ao professor.

Alguns professores pediram a minha ajuda para explicar o conceito das matérias, o que eu fiz sem qualquer problema, mas a minha questão é: o que pode ser feito, uma vez que as escolas promovem a entrada dos alunos com implante coclear mas depois não demonstram resultados positivos?

Após o ano lectivo, entrei no concurso da instituição com maior visibilidade e mais antiga em Portugal, tendo ficado no Centro que é uma referência da Comunidade Surda. Depois de se ter distribuído o horário, um responsável deste estabelecimento avisou-me que eu iria trabalhar com uma turma inclusiva com os alunos surdos com implante coclear e aceitei este novo desafio. Fiz o mesmo que antes mas os alunos eram diferentes da outra escola porque estavam habituados

às regras estabelecidas e conheciam a metodologia de Língua Gestual Portuguesa como primeira língua. Foi mais fácil para avançar.

Ao princípio foi difícil de me adaptar porque a mentalidade devia ser aberta e anular o preconceito comum. A minha questão prende-se com a forma como os alunos com implante coclear em outras escolas se irão desenvolver nos próximos anos letivos.

As atividades de Língua Gestual Portuguesa são autónomas e distribuem-se sempre temáticas e contextos gerais enquadrados com uma estratégia visual.

Alerto que a mentalidade dos “*superiores*” se devia alterar imediatamente, sendo que o termo inexistente do “*aluno implantado*” parece que irá preparar a criação de um novo mundo.

Porém, é preciso ter em conta os sentimentos, as emoções, os valores e a identidade da própria comunidade surda. Deveria utilizar-se o termo “Surdos com implante coclear” porque usam o aparelho como técnica de audição que estimula o som, mas não ficam equivalentes naturalmente com pessoas ouvintes na sua fase do desenvolvimento da aquisição da linguagem.

## Considerações finais

A Comunidade Surda, apesar de estar inserida na sociedade geral, não tem visibilidade suficiente para despertar consciências. Esta falta de consciência da presença da Comunidade Surda deve-se ao parco relacionamento linguístico (entre surdos e ouvintes); à atitude comportamental (choque entre cada indivíduo); confronto físico (aproximação e distância); aos níveis de pensamento e sentimento (perspetiva de comunicação); às diferentes identidades (aquisição do ambiente). Para se integrarem na sociedade, os indivíduos surdos fazem um esforço redobrado. A nível educacional, se falarmos numa educação inclusiva onde as turmas são organizadas com uma maioria de alunos ouvintes e poucos surdos, e onde os docentes não são proficientes em LGP, como se ensinará a estas crianças o “*conhecimento da sociedade*”, que para as ouvintes é tão instintivo, intuitivo e fluido, uma vez que as suas aprendizagens são feitas através de estímulo auditivo tão presente na vida quotidiana.

As famílias das crianças e jovens surdos com implantes cocleares deviam ter um vasto conhecimento da legislação, da área de saúde, da educação, do serviço social, entre outros, antes de tomar uma decisão sobre a cirurgia. Depois deviam ter uma maior aproximação do movimento associativo, não se interessando por quem tiver ganho a audição ou não e devendo utilizar a Língua Gestual Portuguesa como primeira língua para pode comunicar linguisticamente para o meio cognitivo e o bem-estar e para evitar a falha da comunicação e o distanciamento



de afetividade familiar. Possivelmente, mais tarde, o jovem surdo com implante coclear poderá deixar este implante e a família deve respeitar esses motivos.

O movimento associativo continua a lutar e a combater a discriminação e a exclusão social, tentando ampliar os direitos e deveres dos indivíduos surdos, incluindo os indivíduos com implantes cocleares, com o intuito de eliminar barreiras de comunicação e informação, bem como fazer com que as desigualdades gerais se esbatam, dando lugar à (re)participação plena na sociedade por parte destes cidadãos, com todos os seus direitos e deveres tal como outro cidadão do mundo.

A perspectiva sociológica do autor é que a criança surda pode usar o implante coclear com os resultados de diagnóstico claro, mas deve-se envolver os princípios da Comunidade Surda com a participação ativa da família, ter a certeza que a criança irá desenvolver o meio linguístico, emocional, o pensamento comum, afetivo, entre outros, e que depois integrará o mundo dos ouvintes dependente da avaliação cognitiva, da audição e da fala (adequado à fase da idade). Quanto à filosofia da inclusão escolar, deve-se assegurar o Intérprete de Língua Gestual, para assistir a comunicação quando houver perda de atenção devido ao ruído visual e audição e/ou falta de entendimento entre ambas. Deve-se assegurar um modelo linguístico e identidade como tutorial para acompanhar o desenvolvimento da criança e do jovem surdo para construir a identidade própria da Comunidade Surda e reconhecer a existência da Comunidade Surda, evitando o isolamento e revolta social.

## Referências bibliográficas

BAPTISTA, J.A. (2008). *Os Surdos na Escola: A Exclusão pela Inclusão*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

COSTA, A.F. (2012). *Desigualdades Sociais Contemporâneas*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

LANE, H. (1997). *A Máscara da Benevolência: A Comunidade Surda Amordaçada*. Lisboa: Horizontes Pedagógicos.

MELO, Helena Pereira de (1998), “Aspectos Jurídicos dos Implantes Cocleares” in *Controvérsias na Reabilitação da Criança Surda* (coord.: Rui Nunes), Porto: Serviço de Bioética e Ética Médica da Faculdade de Medicina do Porto, pp. 191 e ss.

MELO, Helena Pereira de (2000), “A Pessoa Surda e o Direito ao Silêncio” in *Perspectivas na Integração da Criança Surda* (coord.: Rui Nunes), Porto: Serviço de Bioética e Ética Médica da Faculdade de Medicina do Porto, pp. 303 e ss.

MELO, Helena Pereira de (2000), “O Direito a Não se Ser Discriminado em Razão da

*Língua*” in *Perspectivas na Integração da Criança Surda* (coord.: Rui Nunes), Porto: Serviço de Bioética e Ética Médica da Faculdade de Medicina do Porto, pp. 327 e ss.

NUNES, N. (2013). *Desigualdades Sociais e Práticas de Ação Coletiva na Europa*. Lisboa: Editora Mundos Sociais.

NUNES, Rui Manuel Lopes (1995), *Questões Éticas do Diagnóstico Pré-Natal da Doença Genética*, Porto: ed. do autor.

OTERO, Paulo (1999), *Personalidade e Identidade Pessoal e Genética do Ser Humano: Um Perfil Constitucional da Bioética*, Coimbra: Almedina.

OTERO, Paulo (2004), *Direito da Vida, Relatório sobre o Programa, Conteúdos e Métodos de Ensino*, Coimbra: Almedina.